



EIXO TEMÁTICO:

- | | | |
|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> Ambiente e Sustentabilidade | <input type="checkbox"/> Crítica, Documentação e Reflexão | <input type="checkbox"/> Espaço Público e Cidadania |
| <input type="checkbox"/> Habitação e Direito à Cidade | <input type="checkbox"/> Infraestrutura e Mobilidade | <input type="checkbox"/> Novos processos e novas tecnologias |
| <input checked="" type="checkbox"/> Patrimônio, Cultura e Identidade | | |

Os desafios da reutilização do patrimônio edificado e da preservação dos valores imateriais para a identidade coletiva

The challenges of built heritage reuse and the preservation of intangible values for the collective identity

Los desafíos de la reutilización del patrimonio construido y la preservación de los valores intangibles para la identidad colectiva

PAVAN, Juliana S. (1);

(1) Doutoranda, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Programa de Pós Graduação em Arquitetura, PROARQ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; email: Jupavan@globo.com

Os desafios da reutilização do patrimônio edificado e da preservação dos valores imateriais para a identidade coletiva

The challenges of built heritage reuse and the preservation of intangible values for the collective identity

Los desafíos de la reutilización del patrimonio construido y la preservación de los valores intangibles para la identidad colectiva

RESUMO

A adequação do patrimônio edificado às solicitações advindas de novas demandas e tecnologias, sem descaracterizar o edifício, é uma questão recorrente nas práticas de intervenção projetual no campo da preservação cultural. Devemos compreender que esses edifícios herdados, reconhecidos como patrimônio cultural, são “lugares de memória” e contribuem para o fortalecimento da identidade coletiva. Estes lugares, repletos de significados culturais, além de fonte de memória coletiva, eles também são documentos, compostos por partes importantes que servem como fonte de dados e informações, presentes em seus aspectos físicos. O objetivo principal deste artigo é contribuir no debate sobre os princípios de reutilização do patrimônio cultural edificado entendendo-os como “lugares de memória” e fontes auxiliares para a compreensão da história social e cultural de uma sociedade e, essenciais para o fortalecimento da identidade coletiva de uma nação.

PALAVRAS-CHAVE: reutilização, arquitetura, valores imateriais, identidade coletiva

ABSTRACT

The adequacy of the historic buildings to new demands of use and technologies, without mischaracterize them, is a recurrent issue in the modernization of cultural heritage buildings. We must understand these legacy buildings, recognized as cultural heritage, are "places of memory" and they contribute to the strengthening of our collective identity. These places, full of cultural meanings and source of collective memory, are also documents, consisting of parts which serve as source of data and information present in its physical aspects. The main objective of this paper is to analyze the principles of reuse of heritage buildings by understanding them as "places of memory" and auxiliary sources for understanding the social and cultural history of a society and are essential for strengthening the collective nation identity.

KEY-WORDS: reuse, architecture, intangible values, collective identity

RESUMEN

La adecuación del patrimonio construido a las solicitudes y demandas que surgen de las nuevas tecnologías, sin modificar las características del edificio, es un tema recurrente en las prácticas de intervención proyectual en el campo de la preservación cultural. Debemos entender que estos edificios históricos, reconocen como patrimonio cultural, son "lugares de memoria" y contribuyen para al fortalecimiento de nuestra identidad colectiva. Estos lugares, llenos de significados culturales y de la fuente de la memoria colectiva, son también documentos, que consta de partes que sirven como fuente importante de datos y la información presente en sus aspectos físicos. El objetivo principal de este trabajo es analizar los principios de la reutilización de los edificios patrimoniales, entendiendo como "lugares de memoria" y fuentes auxiliares para la comprensión de la historia social y cultural de una sociedad, y son esenciales para el fortalecimiento de la identidad colectiva de una nación.

PALABRAS-CLAVE: reutilización, arquitectura, valores intangibles, identidad colectiva

1 INTRODUÇÃO

Para compreendermos uma sociedade e a sua relação com a identidade coletiva é importante desvendarmos as características e modificações da sociedade no decorrer do tempo. É evidente que as sociedades vivem em constantes modificações relacionadas à forma de viver, de utilizar os espaços, de se relacionar, etc.. O conjunto arquitetônico histórico de uma cidade é de essencial importância para a compreensão da sociedade que nela vive (e viveu), pois a arquitetura é capaz de acumular dados históricos dos modos de vida do homem, não somente sobre sua concepção mas “também dos que ali viveram através dos tempos e lhe conferiram novos usos e significados simbólicos” (GUTIERREZ, 1989, p.32); um conjunto arquitetônico histórico deve, então, ser compreendido como um testemunho excepcional para a memória coletiva. A produção dos espaços arquitetônicos no passado e o acúmulo de valores e significados produzidos na relação do homem com estes espaços construídos permitem o reconhecimento do passado de nossa sociedade e trazem a possibilidade de nos identificarmos como indivíduos integrantes de nossa comunidade na atualidade.

Com a sucessiva modernização de equipamentos e as novas necessidades de uso das sociedades atuais, os edifícios antigos com o passar do tempo tornaram-se ultrapassados, seja pela extinção de sua função original ou pela incapacidade de responder às novas exigências de seu uso atual. Desta forma, a reutilização do edifício antigo, assim como a reabilitação de áreas históricas degradadas e abandonadas, são necessárias para a preservação do patrimônio cultural, já que é reconhecida a importância da utilização para que o edifício se mantenha conservado, em oposição ao abandono, que aumenta a possibilidade de degradação. Porém, como é possível adequar o uso do patrimônio edificado as solicitações advindas de novas demandas e tecnologias, sem descaracterizar os seus valores tangíveis e intangíveis? Corremos o risco de modificar em demasia uma edificação, e também de um conjunto histórico, tentando adaptá-los às necessidades da vida contemporânea, tornando o aspecto de um edifício ou conjunto histórico diferente de sua autêntica imagem e de seus reais, e atuais, significados culturais. Desta forma, discutiremos neste artigo os princípios de reutilização do patrimônio cultural edificado entendendo-os como possuidores de valores imateriais, fontes auxiliares para a compreensão da história social e cultural de uma sociedade e essenciais para o fortalecimento da identidade coletiva de uma nação.

2 A (RE) UTILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO E A COMPREENSÃO DOS VALORES IMATERIAIS

O filósofo e historiador francês Pierre Nora afirma que devemos diferenciar a verdadeira memória da memória transformada que é “voluntária e deliberada, vivida como um dever e não mais espontânea, psicológica, individual e subjetiva e não mais social, coletiva, globalizante”. Para o autor, a diferença principal é que a memória transformada é arquivística, se apoia no concreto, no material, no registro da imagem, ou seja, necessita de “suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas” (NORA, 1993, p. 14). O britânico John Ruskin (2008), em meados do século XIX, atribuiu à arquitetura um valor memorial que, a partir do tempo decorrido (a história), é capaz de alcançar uma “perfeição verdadeira”. A impregnação de valores humanos – da vida do homem que a produziu, viu e vivenciou -, contribui para a atribuição de valores memoriais e históricos aos exemplares da arquitetura. Para o autor a preservação da arquitetura é a forma de

permanência dos sentimentos, valores e tradições do passado, e sem a arquitetura não podemos recordar, e a ela devemos em parte a nossa identidade.

As sociedades ocidentais, na atualidade, devido à “mundialização” (ou globalização) e à “aceleração da história” (NORA, 1993; LE GOFF, 2003) sofrem com o perigo de perder a tradição, de perder as referências que fazem com que o indivíduo sinta-se pertencente a uma sociedade, que possua uma identidade. O Historiador francês Jaques Le Goff (2003) afirma que grandes problemas relacionados à identidade coletiva podem estar relacionados à ausência de um passado conhecido e reconhecido, e o sociólogo Maurice Halbwachs (2006) alerta que a modificação repentina do ambiente material que nos cerca traz aos indivíduos a sensação de instabilidade e de rompimento com sua história, com suas lembranças, com seu passado. Devemos, então, tentar compreender até que ponto se pode modificar o suporte físico dos valores intangíveis - o próprio edifício - em favor de novas necessidades e demandas da contemporaneidade.

O teórico austríaco Alois Riegl explicita os “valores” que podem ser atribuídos aos edifícios no seu livro “O culto moderno dos monumentos” de 1903. Os valores são divididos por Riegl (2006) em valores de rememoração – valor de rememoração intencional, valor histórico e valor de antiguidade – e valores de contemporaneidade – valor de arte (que pode ser valor relativo ou valor de novidade) e valor de uso. O valor de contemporaneidade – onde está inserido o valor de uso – é a capacidade que a edificação possui de satisfazer os sentidos (valor de uso) ou o espírito (valor de arte). Riegl afirma que a ausência de uso pode pôr em risco a integridade do bem e de seu usuário. Porém, o embate entre o valor de antiguidade e o valor de uso é destacado quando o autor expõe a sensação de perturbação quando vemos uma edificação que era utilizada passar a não ter mais uso, dando a impressão de “destruição violenta”, ao contrário das construções que já conhecemos sem uso, como as ruínas, que não nos perturba. Ele afirma, então, que aos monumentos impróprios ao uso prevalece o valor de antiguidade e não se deve considerar o valor de uso; e os monumentos ainda utilizáveis irão satisfazer o nosso prazer quando utilizados, entretanto não devem apresentar o valor de contemporaneidade que habitualmente temos, ou seja, devemos levar em conta os valores de uso e de antiguidade, compreendendo que não podemos suprir todas as demandas de uso da contemporaneidade.

No livro “Catecismo da Preservação de Monumentos”¹ de 1916, o teórico tcheco Max Dvořák (2008) disserta sobre a necessidade da restauração para a contínua utilização, compreendendo, porém, que a permanência da sua função deve ser entendida como um meio de preservação e não a finalidade da restauração. Dvořák sugere dois postulados ao tratar os monumentos: “1. na medida do possível, conservar os monumentos em suas funções e ambientes originais; 2. da mesma forma, conservar sua forma e aspectos inalterados.” (DVOŘÁK, 2008, p.109). Percebemos que estes postulados estão intimamente ligados ao respeito à autenticidade do edifício em relação a sua função original (mesmo que seja necessária uma mudança de uso), incluindo os ambientes originais, a sua forma e aspectos (materialidade) e, conseqüentemente, os valores imateriais. O autor disserta sobre valor agregado aos antigos edifícios, afirmando que o interesse à significação e ao sentimento que esses bens podem proporcionar, não estão relacionados apenas aos interesses de intelectuais da arte, mas a todos os homens. Os avanços da indústria, com todas as novidades materiais e novas necessidades que surgem para a comodidade da vida, não são capazes de satisfazer todos os sentidos de bem estar que o

¹ Obra influenciada pela teoria de valores de Alois Riegl.

homem necessita. Os sentimentos e impressões que os antigos edifícios podem provocar no homem, estão “acima das preocupações e esforços materialistas do cotidiano” (DVOŘÁK, 2008, p.86).

QUESTÕES ATUAIS SOBRE A REUTILIZAÇÃO

Apesar de alguns teóricos como John Ruskin² e Max Dvořák³ terem dissertado, no final do século XIX e início do XX respectivamente, a respeito dos perigos da perda da herança arquitetônica em nome do “progresso” que traziam as “modernidades” e novas necessidades vindas do advento Industrial, sabemos que várias cidades no Brasil foram altamente transformadas em nome deste mesmo “progresso”, e a perda de parte do patrimônio cultural da nação foi grande e lastimável. As novas necessidades de uso não pararam de surgir após a revolução industrial. Na contemporaneidade as novidades são constantes em diversos campos: da construção, da computação, da engenharia, da comunicação, assim como outras diversas áreas que também afetam as necessidades cotidianas da vida do homem. As novidades crescem em tamanha velocidade que equipamentos necessários à vida do homem hoje, logo estarão antiquados, e novos surgirão para substituí-los. A característica efêmera das necessidades da vida do homem no século XXI faz com as novidades de equipamentos e tecnologias - consideradas ‘essenciais’ para a comodidade da vida nas sociedades - sejam constantemente adaptadas às edificações do patrimônio; e, assim, a necessidade de se adequar o uso dos antigos edifícios para a sua sobrevivência física e preservação de seus valores se tornou, muitas vezes, o motivo de sua destruição. A destruição do patrimônio arquitetônico em nome do “progresso” das cidades ocorrido com o advento Industrial, que muito afligia Dvořák e Ruskin, hoje, aparentemente, ocorre com o nome de “revitalização” e “reutilização” de áreas e edifícios históricos de valor cultural, mas agora pelas efêmeras necessidades e novidades tecnológicas, que apesar de muitas vezes não destruir completamente as edificações, as modificam em demasia fisicamente e, conseqüentemente, os seus valores imateriais.

De acordo com Françoise Choay a reutilização de uma edificação histórica é importante, porém é uma forma audaciosa e difícil de valorização do patrimônio arquitetônico e “o monumento é assim poupado dos riscos do desuso para ser exposto ao desgaste e usurpações do uso: dar-lhe uma nova destinação é uma operação difícil e complexa [...]” (CHOAY, 2006, p. 219). Uma questão importante a ser ressaltada em relação a reutilização de edifícios do patrimônio cultural é o que a Carta de Brasília de 1995 (ICOMOS, 1995) discute: a perda da autenticidade. O documento alerta para a perda de autenticidade das edificações quando são realizadas intervenções que retiram as características do bem, provocando “meras cenografias”, procedimento conhecido como fachadismo. Choay afirma que é difícil garantir que a reutilização de uma edificação seja rentável sem prejudicar a sua funcionalidade, pois muitas vezes resta-se apenas uma “casca vazia” de seu conteúdo, procedimento que a autora

² Ruskin expõe seu posicionamento contra as rápidas transformações dos ambientes urbanos, decorrentes dos novos padrões de modernidade impostos às sociedades industriais europeias no panfleto de 1854, denominado “A abertura do Palácio de Cristal considerada em algumas de suas relações com o futuro da arte”. (In: BAUDELAIRE; RUSKIN, 2010)

³ Dvořák (2008) afirma o erro que ocorre em nome dos “novos tempos” e do “progresso” de uma cidade, onde antigos monumentos são destruídos por serem considerados inadequados. Destaca ainda que “supostas exigências do presente” e “uma idolatria das novidades técnicas” faz com que achemos as novas utilidades indispensáveis à vida cotidiana e “esqueçamos outros pontos de vista”.

denomina de “curetagem” e diz ser “inadmissível quando se resume ao sacrifício das estruturas e do ambiente interno de um edifício” (CHOAY, 2006, p. 221). Este tipo de atitude - de desqualificar as estruturas internas dos edifícios históricos privilegiando o retorno econômico e as novidades tecnológicas - termina por descaracterizar o patrimônio edificado, destruindo sua morfologia original e suas técnicas construtivas características de uma determinada época, muitas vezes responsáveis por agregar valor à edificação.

Devemos perceber o erro de se entender a valorização e revitalização do patrimônio cultural edificado de uma cidade como a mera recuperação de conjunto de fachadas, conduzindo as modificações nas cidades fundamentadas nas necessidades de uma sociedade elitizada de consumo e com o objetivo principal de retorno econômico, e sempre em detrimento dos valores culturais e das necessidades reais da sociedade. A identidade coletiva de uma comunidade necessita das referências materiais do passado para que o homem sinta que pertence a uma sociedade, que possui uma história. Porém, sem o entendimento de que as referências materiais do passado - que conformam um conjunto histórico e cultural - não são apenas fachadas, mas possuem conteúdo – materiais e imateriais -, nossa identidade estará condenada às efêmeras necessidades do presente. Jeudy (2005, p. 19-22) afirma que se percebe atualmente que os aspectos simbólicos dos “lugares memoráveis” são “geráveis”, e isso ocorre pelo fato de as memórias serem “colocadas em exposição”, com o propósito de assegurar o reconhecimento de sua “singularidade”, e ainda como estratégia de promover a visibilidade pública do próprio objeto. O autor alerta que atualmente os valores simbólicos dos objetos se confundem com os valores de mercado, e que “é necessário que, de alguma maneira, o patrimônio seja excluído do circuito dos valores mercadológicos, para salvar seu próprio valor simbólico” (JEUDY, 2005, p. 20).

O antropólogo francês Marc Augé (2012) disserta sobre outra característica marcante das sociedades atuais que pode afligir a identidade coletiva: a Supermodernidade produtora de “Não Lugares”. Segundo Augé a Supermodernidade é derivada das figuras de excesso característicos da contemporaneidade, que correspondem a transformações das categorias de tempo (superabundância factual⁴), espaço (superabundância espacial⁵) e indivíduo (individualização das referências⁶). O autor afirma que o conceito de Não Lugares está diametralmente oposto ao conceito de Lugares Antropológicos, dos Lugares de Memória, ou seja, oposto ao espaço personalizado. Desta forma, em oposição ao conceito de Lugar (histórico, identitário e relacional) um Não Lugar é marcado pelo provisório, pelo efêmero, pela solidão, pelo isolamento do usuário. Um espaço que não cria vínculos relacionais entre os indivíduos (mesmo em um espaço com muitos indivíduos). A necessidade de consumo motiva a construção dos grandes centros comerciais (hipermercados, shoppings) marcada pela despersonalização, pela não história, pela não relação. A ‘identificação’ dos usuários nos Não Lugares ocorre através de números: o indivíduo é o número da carteira de identidade e do passaporte em um aeroporto, do cartão de crédito em um hipermercado ou em um shopping center, do código da chave magnética do quarto de uma grande rede de hotéis. O Não Lugar

⁴ A superabundância factual é a aceleração da história, o ontem já é história devido à superabundância dos fatos, o que gera a necessidade de dar sentido ao presente, necessidade de se reconhecer no espaço que vive, de fazer parte da história da comunidade que vive (sentimento de nostalgia). (AUGÉ, 2012)

⁵ A superabundância espacial é o “encolhimento do planeta”, “a era da mudança de escala”, a superabundância do espaço leva à produção de Não Lugares. (AUGÉ, 2012)

⁶ A individualização das referências é a figura do indivíduo (ego). O indivíduo da Supermodernidade se vê como referência para interpretar para si mesmo as informações e a realidade que lhe são apresentadas. O indivíduo se vê o centro do mundo. (AUGÉ, 2012)

não concede espaço à história, o Não Lugar é marcado pela não relação, o Não Lugar é despersonalizado.

Para compreender a relação entre cidade, preservação do patrimônio cultural edificado e identidade coletiva surgem questões relacionadas à produção de Não Lugares na atualidade: o espaço construído remanescente, compreendido como patrimônio cultural edificado e transformado em espaço de consumo da Supermodernidade, será marcado pela não relação, pelo isolamento do usuário, pela despersonalização do espaço, pela não concessão de espaço à história, que caracterizam os Não Lugares (Ex.: edifício histórico transformado em hipermercado, uma loja de departamento, um hotel de uma grande rede⁷)? Como preservar a identidade coletiva e a história da cidade em uma sociedade que preza a velocidade, a efemeridade, o consumo, os Não Lugares? Como os gestores da preservação do patrimônio cultural devem agir para controlar as transformações das categorias de tempo, espaço e indivíduo que geram os Não Lugares e afluem a identidade cultural coletiva?

OS VALORES IMATERIAIS E A IDENTIDADE DA COLETIVA

A conscientização e o respeito em relação ao patrimônio cultural edificado estão ligados aos valores a eles atribuídos, mas também à forma de intervir, pois qualquer projeto de intervenção em edifícios de reconhecido valor patrimonial deve estar baseado em teorias e normas de preservação e restauração do patrimônio cultural arquitetônico. As políticas de preservação urbana e arquitetônica influenciam as práticas adotadas na revitalização e preservação de áreas, conjuntos e edifícios históricos, por isso elas devem contribuir para a manutenção (ou formação) de uma identidade cultural coletiva coerente com seu passado e com a realidade de hoje. Devem englobar aspectos que vão além dos físicos: os simbólicos.

No Brasil, segundo Kühl (2005), apesar de existir uma vasta produção intelectual e de análise das políticas públicas de preservação, os princípios de preservação não estão incorporados na legislação de preservação brasileira. Gutiérrez (1989) evidencia a necessidade de o arquiteto latino-americano compreender a importância dos centros históricos para a identidade cultural coletiva e destaca alguns problemas comuns nos centros históricos das cidades latino-americanas: a preservação e valorização patrimonial entendida como uma restauração de edifícios isolados; a especulação imobiliária; o objetivo principal é o lucro em detrimento de outros valores, como a qualidade de vida; as necessidades de uma “sociedade de consumo”. Gutiérrez elenca a ordem correta de prioridades ao se recuperar um centro histórico da América-latina: 1º devemos privilegiar os residentes da área, melhorando sua qualidade de vida, devemos pensar e fazer a recuperação para os habitantes da cidade; 2º infraestrutura e serviços para aqueles que usam o centro histórico; 3º visar àqueles que utilizam esporadicamente a o centro da cidade; Em 4º, e último, o turismo.

A Carta de Petrópolis de 1987 levantou a importância da permanência das atividades tradicionais das áreas históricas, afirmando que a preservação não pode ser condicionada a usos exclusivos, nem mesmo em função de usos culturais, visando somente o retorno

⁷ É evidente que a padronização de lojas de departamentos, hipermercados, e outras utilizações de grandes redes, possuem exigências e demandas específicas de utilização: padrões arquitetônicos referentes à fachada, vitrine, layout, etc.. No que diz respeito ao layout, por exemplo, uma loja de departamentos necessita de espaços amplos para acomodar as diversas seções de vendas, que não podem ser muito diferentes do padrão das outras filiais, pois descaracterizariam a ‘imagem’, ou o ‘conceito’, da rede, e esse tipo de necessidade normalmente são difíceis de se adaptar às características físicas internas de edificações históricas, o que geralmente leva ao procedimento denominado fachadismo.

econômico. A recente Declaração de Quebec de 2008 (ICOMOS, 2008) faz algumas recomendações visando contribuir nas legislações e políticas de preservação cultural, para melhor proteger o “Espírito do Lugar”. A primeira das recomendações é reconhecer que este é composto por elementos tangíveis e intangíveis, e que deve ser considerado “em toda e qualquer legislação referente ao patrimônio cultural e em todos os projetos de conservação e restauro” (ICOMOS, 2008, p.3). Importante notarmos que no mesmo ano, 2008, ocorreu em Foz do Iguaçu uma reunião dos presidentes e membros dos comitês do ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - Argentina, Brasil, Chile, México e Paraguai, com o propósito de também refletir sobre a noção de “Espírito do Lugar”, com o olhar dos países Latino-americanos, que deu origem à Declaração de Foz do Iguaçu. O conceito de “Espírito do Lugar” está relacionado aos componentes materiais e imateriais dos ambientes, naturais ou construídos pelo homem, sendo o “lugar” um espaço que seja caracterizado por sua identidade única - espaço personalizado -, e o “espírito” deste lugar “é o sopro de vida que expressa essa identidade, o resultado da relação entre uma determinada cultura e o sítio em que é desenvolvido” (ICOMOS BRASIL, 2008, tradução nossa) - os valores culturais.

Na revitalização e reutilização de áreas históricas devemos respeitar o usuário para não construirmos uma cidade alienante que provocará a perda da identidade, e por isso é necessário que seja devolvida à comunidade o seu papel de definidor dos ambientes, e não mais produzir arquitetura visando “o consumo da classe profissional e das revistas especializadas” (GUTIÉRREZ, 1989, p.33), o *marketing cultural*, e privilegiando o retorno econômico. Para se evitar que o homem perca sua identidade, para que se reconheça em seu meio ambiente, é essencial que as políticas de preservação cultural atuem de forma a impedir que os estímulos culturais da cidade sejam apagados, valorizando e compreendendo a importância dos resíduos arquitetônicos e urbanos como fontes de memória que não devem ser visto como exceções da cidade, mas como parte de um todo e de essencial importância para a personalização dos indivíduos, para a identidade cultural e social coletiva. De acordo com Gutiérrez (1989), o arquiteto deve ter um compromisso com o caráter cultural e social do lugar que vai intervir, deve buscar respostas na cultura e contextualização social de seu próprio meio e deve compreender a importância dos centros históricos para a identidade cultural.

O entendimento, na atualidade, é que os elementos, tangíveis e intangíveis, não são antagônicos entre si, eles devem interagir e se construir mutuamente, por isso a necessidade de incluir os usuários do espaço como atores sociais (as relações sociais contribuem para a personalização do Lugar); assim, o dever dos gestores do patrimônio cultural das cidades é preservar o ‘Espírito do Lugar’, ou seja, os valores culturais que personalizam os lugares e contribuem para a identidade cultural coletiva. A preservação do patrimônio cultural não pode ser feita numa perspectiva elitista ou à custa do passado, deve-se compreender a importante relação entre preservação do patrimônio das cidades e a formação da identidade cultural coletiva. A compreensão das diversas influências culturais na conformação das cidades brasileiras e do seu percurso de transformação (passado – presente) pode contribuir para o papel do arquiteto e urbanista que é interpretar as exigências da sociedade e criar respostas adequadas à nossa identidade cultural. É justamente na relação dos tempos (passado, presente e futuro) e na aceitação e inclusão das diversas e múltiplas culturas que poderemos contribuir para a formação da identidade cultural brasileira; e para isso é essencial assumirmos o compromisso com o caráter social e cultural, assim como compreendermos a história e memória destes lugares, e incluirmos o reconhecimento destes valores nas políticas e ações de



revitalização e reutilização, ou seja, na salvaguarda do patrimônio cultural edificado das cidades brasileiras.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que muitas ações de ‘revitalização’ e ‘reutilização’ que ocorrem nos centros históricos das cidades brasileiras são baseadas – quase exclusivamente - no uso turístico, na especulação imobiliária, nas novas (e efêmeras) demandas do presente e no retorno econômico, ignorando as necessidades reais da sociedade – como a habitação e a qualidade de vida dos residentes -, privilegiando uma sociedade elitista e de consumo; e, ainda, corroboram no processo de gentrificação (*gentrification*) de áreas históricas. Não podemos aceitar que edificações históricas sejam esvaziadas de sua história, edifícios que compõem o patrimônio cultural de uma sociedade não são meras “embalagens” que devem ser preservadas apenas para manter a “imagem” histórica dos conjuntos urbanos, tornando-os, na realidade, conjuntos cenográficos. A escolha de um novo uso, ou a adaptação do uso atual, deve ser sempre compatível à materialidade da edificação preservada e, também, aos valores culturais, sociais e identitários do conjunto ao qual pertence e a sociedade que ali vive e sociabiliza.

Os objetivos das políticas de preservação devem visar o benefício da sociedade (incluir a participação da população para o reconhecimento do passado e das tradições culturais) e a preservação dos valores materiais e imateriais dos conjuntos urbanos e edifícios históricos. Torna-se necessário que os profissionais envolvidos na preservação do patrimônio arquitetônico tenham em mente que o papel deles é fundamental para que a identidade da coletividade seja coerente com o passado da sua sociedade; devem compreender que a motivação da preservação dos conjuntos históricos se deve, principalmente, aos valores culturais existentes, e que eles têm como suporte a materialidade e suas características autênticas; e que necessitam de conhecimento teórico para agirem de forma adequada, lembrando-se da necessidade de análises e estudos aprofundados, essenciais para interpretarem as exigências atuais da sociedade e criarem respostas adequadas e criativas às expectativas do presente, sem comprometer os valores (materiais e imateriais) do passado, e visando a permanência dos valores dos edifícios históricos para a sua fruição no futuro.

REFERÊNCIAS

- AUGÉ, M. Não-Lugares: introdução a uma antropologia da Supermodernidade. São Paulo: Papirus, 2012.
- BAUDELAIRE, C.; RUSKIN, J. Paisagem Moderna: Baudelaire e Ruskin. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- BRANDI, C. Teoria da Restauração. Cotia: Ateliê Editorial, 2004. (Coleção artes & ofícios.)
- CHOAY, F. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.
- DVOŘÁK, M. Catecismo da preservação de monumentos. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.
- GUTIÉRREZ, R. Arquitetura Latino Americana. São Paulo: Nobel, 1989.
- HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.
- ICOMOS. Declaração de Quebec. [S.l.: s.n.], 2008. Disponível em: <http://www.icomos.org/quebec2008/quebec_declaration/pdf/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2011.
- ICOMOS BRASIL. Declaración de Foz do Iguaçu. [S.l.: s.n.], 2008. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/outras_noticias/Declaracion_de_Foz_do_Iguacu_2008.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2011.



ICOMOS BRASIL. Carta de Brasília, 1995. Disponível em: < http://www.icomos.org.br/outras_noticias/Carta_de_Brasilia_1995.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2011.

JEUDY, H. Espelho das cidades. Rio de Janeiro: Editora Casa da palavra, 2005.

KÜHL, B. M. História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos. Revista CPC, São Paulo: USP, v.1, n. 1, p. 16-40, nov. 2005/ abr. 2006.

LE GOFF, J. História e Memória. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: Projeto História, São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2010.

RIEGL, A. O Culto Moderno dos Monumentos: sua essência e sua gênese. Trad. Elane Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentini. Goiás: Editora da Universidade de Goiás, 2006.

RUSKIN, J. A lâmpada da memória. Trad. Maria Lucia Bressan Pinheiro. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.